



Luís Almeida  
C. Mendes

## Conselho Municipal de Educação de Arganil

### ATA Nº13 /2022

-----Aos oito dias do mês de julho de dois mil e vinte e dois, pelas catorze horas e trinta minutos, reuniu, ordinariamente, o Conselho Municipal de Educação de Arganil no Salão Nobre do edifício da Câmara Municipal de Arganil.-----

-----O **Sr. Vereador do Pelouro da Educação, Eng.º Luís Almeida**, deu início à reunião, começando por saudar todos os membros e deu nota que, por motivos pessoais, o Sr. Presidente da Câmara Municipal não estaria presente para presidir à mesma, cabendo-lhe a si, enquanto Vereador com competências delegadas na área da Educação, presidir a este Conselho.-----

-----Estando reunido o respetivo quórum, o **Sr. Vereador** deu início aos trabalhos, reforçando a necessidade de serem ligados os microfones para suporte na elaboração da ata e pela participação à distância, por videoconferência, por parte de um membro do Conselho para que possa ouvir todas as intervenções. Foram apresentadas as justificações das faltas da Prof.ª Helena Alves, do Dr.º Marco Pinto, da Educadora Cristina Branco, da Dr.ª Celeste Moura e da Sra. Marta Mendes que não poderão estar presentes por motivos de ordem profissional.-----

-----Para reflexão conjunta, o **Sr. Vereador** fez referência aos horários praticados para estas reuniões uma vez que a Presidente da Associação de Pais colocou os mesmos à consideração pelo facto de inviabilizarem a sua presença, sugerindo, para o efeito, um horário mais tardio. Desta forma, foi dada oportunidade aos membros presentes para se pronunciarem sobre esta situação, tendo o Sr. Vereador referido que seria extremamente importante que o Conselho Municipal de Educação contasse com uma maior participação por parte dos seus membros nas respetivas reuniões até porque as tornaria mais “ricas” em termos de discussão e na partilha de opiniões e ideias. Subjacente ao facto de querer-se promover uma maior participação nesta reunião, foi aceite a participação da CCDRC (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento



---

Conselho Municipal de Educação de Arganil

Regional do Centro) à distância, através de videoconferência, apesar da legislação nada indicar.-----

-----Neste seguimento, a **Sra. Diretora do Agrupamento de Escolas de Arganil (AEA), Dr.ª Anabela Soares**, tomou a palavra para sugerir que o horário das reuniões deveria ser definido para mais tarde para que os pais possam estar completamente representados uma vez que são uma parte importantíssima da comunidade escolar e também para favorecer a participação de outros membros. Para tal, deveria fazer-se um esforço para a combinação de um horário que abrangesse uma maior participação, colocando a hipótese de ser definido o horário para as 16h30.-----

-----O **Sr. Vereador** interveio para informar que as reuniões já foram realizadas no horário das 16h30 e o mesmo não traduziu uma maior adesão por parte dos membros, podendo definir-se, à semelhança do Conselho Geral do AEA, para o horário das 18h15.

-----O **Sr. Luís Pinheiro, Vice-Presidente e representante da Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos do Agrupamento de Escolas de Arganil**, usou da palavra para referir que, pela sua parte, se encontrava praticamente disponível para qualquer horário porque dispunha da respetiva possibilidade em termos laborais.-

-----Relativamente ao assunto em abordagem, o **Sr. Vereador** deu nota que a próxima reunião do Conselho Municipal de Educação, em termos experimentais, poderá ser efetuada num horário mais tardio.-----

-----O **Sr. Dr. João Domingues, Diretor e representante do Centro de Emprego e Formação Profissional do Pinhal Interior Norte – Arganil (IEFP de Arganil)** demonstrou total acordo relativo ao facto das reuniões passarem a ser realizadas num horário mais tardio.-----

-----A **Sra. Enfermeira Rosa Afonso, representante do Centro de Saúde de Arganil**, usou da palavra para referir que para si mesma não existe qualquer obstáculo por um horário mais tardio uma vez que se encontra em Arganil, reconhecendo que as



LSA 4  
C. L. L. L.

### Conselho Municipal de Educação de Arganil

entidades fora de Arganil terão alguma dificuldade para estar presente na reunião no horário das 18h15.-----

-----O **Sr. Vereador** interveio no sentido de informar que irão ser questionados todos os membros do Conselho Municipal de Educação, em jeito de sondagem, com o intuito de avaliar-se qual o horário que poderá ir ao encontro da maioria.-----

----- Seguidamente, **Sr. Vereador** apresentou a Ordem de Trabalhos que se estruturou da forma que se segue:-----

-----Período antes da ordem do dia:-----

-----Ponto 1 – Apreciação da Ata n.º 12/2022, de 13 de janeiro;-----

-----Ponto 2 – Informações.-----

-----Período da ordem do dia:-----

-----Ponto 1 – Análise e parecer do Plano de Transportes Escolares 2022/2023 do Município de Arganil conforme o disposto no ponto 1 do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro.-----

-----Ponto 2 – Apresentação do Calendário Letivo 2022/2023 por parte do Agrupamento de Escolas de Arganil.-----

-----Apresentada a Ordem de Trabalhos, o **Sr. Vereador** começou pelo período antes da ordem do dia, ponto 1, “Apreciação da Ata nº 12/2022, de 13 de janeiro” e, uma vez que esta foi enviada a todos os membros, questionou se haveria algum apontamento ou alteração que quisessem ver registado no respetivo documento. Não havendo qualquer indicação para o efeito colocou a ata à votação, tendo sido aprovada por maioria e com duas abstenções por ausência dos respetivos membros na anterior reunião.-----

-----Passou-se ao segundo ponto “Informações” e o **Sr. Vereador** demonstrou a sua congratulação pelo regresso de todas as escolas à Piscina Municipal, embora já se tivesse registado a volta da Escola Básica 2, 3 de Arganil. Este regresso foi efetuado de forma gradual, em conformidade com as contingências impostas pela Covid-19, ou seja,

Ata n.º 13

Conselho Municipal de Educação de Arganil, 8 de julho de 2022

Reunião Ordinária



---

### Conselho Municipal de Educação de Arganil

à medida que se verificou o desconfinamento, os estabelecimentos de ensino foram regressando às atividades da piscina, tendo demonstrado total satisfação face à respetiva retoma. Também manifestou satisfação relativamente à retoma das Arganilíadas Júnior na educação pré-escolar e das Arganilíadas no primeiro ciclo do ensino básico, embora condicionadas conforme o registado em 2021, uma vez que na altura, pela avaliação do Sr. Delegado de Saúde, Arganil encontrava-se com um pico de Gripe A e Covid-19, tendo-se entendido que não se deveria arriscar e as atividades foram desenvolvidas por escola e por turma nos estabelecimentos de educação e ensino com maior número de alunos. Deu, ainda, nota que se encontravam a decorrer as “Férias de Verão”, iniciativa da Câmara Municipal em colaboração com o CLDS 4G, em que se promovem atividades diversas, com caráter lúdico e onde se assinala a intergeracionalidade, uma vez que no próprio mês de julho, entre outros, se comemora o “Dia Mundial dos Avós”, abrangendo, sobretudo, crianças das faixas etárias entre os 6 e os 12 anos de idade.-----

-----Relativamente à Escola Secundária de Arganil, o **Sr. Vereador** informou que foram lançados dois concursos públicos pelo Município para a respetiva requalificação, cujo volume de investimento ronda os 3,1 milhões de euros pelo Município e os mesmos ficaram desertos, continuando sem saber do resultado da candidatura apresentada no mês de abril de 2021. A candidatura foi submetida ao atual quadro comunitário, Portugal 2020, cuja execução física e financeira, obrigatoriamente, tem que ser concluída até final de 2023. O mercado não se encontra a dar respostas em termos de mão-de-obra e matérias-primas e, face ao aumento e volatilidade dos preços, as empresas não concorrem, originando o adiamento dos investimentos. Apesar de toda a situação, foi elaborado o projeto com as respetivas especialidades, tendo a Autarquia investido mais de 50 mil euros neste processo. No momento atual fala-se na possibilidade da alteração ao nível do financiamento através de uma adenda que resulta do que foi contratualizado entre a Associação Nacional de Municípios Portugueses e o Estado no âmbito da transferência de competências ao abrigo do Decreto-Lei 21/2019, substanciando-se no facto das escolas serem financiadas a 100% quando antes eram em 85%, abrangendo



Li-Alu  
C. Mendes

---

**Conselho Municipal de Educação de Arganil**

o PT 2030 (Portugal 2030), não sendo expectável que venha a ser enquadrável no próprio PRR (Plano de Recuperação e Resiliência). No entanto, também existe a possibilidade do financiamento ser obtido através de linhas de crédito bonificado (linhas BEI), estando, desta forma, alargadas as possibilidades e este Município vai continuar a trabalhar para que este importante investimento seja abrangido pelo próximo quadro comunitário, porque a Escola Secundária necessita urgentemente de obras.-----

-----No que diz respeito à transferência de competências, as mesmas foram operacionalizadas por esta Autarquia em 1 de abril do corrente ano, antevendo-se um processo muito exigente em termos de aprendizagem e de superação de várias dificuldades. Foi celebrado um contrato inter-administrativo entre a Câmara Municipal e o Agrupamento de Escolas que resultou na delegação de competências diversas tais como: as Atividades Extracurriculares (AEC) cuja verba transferida para o Município é, por sua vez, alvo de transferência para o próprio Agrupamento; o leite escolar; a manutenção dos edifícios escolares uma vez que os 20 mil euros que são transferidos anualmente por escola, também são transferidos para o Agrupamento, à exceção da Escola Secundária por se encontrar mapeada com necessidade de intervenção e requalificação urgente e que este Município entendeu ser o Ministério da Educação a entidade competente para o efeito. Enquanto a empreitada das obras da Escola Secundária não se verificar, efetivamente, deverá o próprio Ministério a continuar a assumir a respetiva manutenção, constituindo este facto, também, uma forma de exercer pressão para a concretização da requalificação de toda a infraestrutura. No âmbito do pessoal não docente, a respetiva gestão compete à direção do Agrupamento, na pessoa da Sra. Diretora, conforme tem acontecido, e ao Município compete pagar os vencimentos, acrescentando que outras competências do Sr. Presidente da Câmara foram delegadas na mesma. Este modelo é recente, uma vez que foi alvo de aprovação há sensivelmente duas semanas em sede de reunião da Assembleia Municipal. Inicia-se assim uma nova fase do processo que por um lado mantém, ao máximo, a autonomia que a Escola tinha e que perdeu por força da transferência de competências, enquanto da parte do Município, compete transferir verbas para a Escola e pagar os salários, não



---

Conselho Municipal de Educação de Arganil

tendo assumido a execução dos contratos duradouros vigentes em nome do próprio Agrupamento que, até aos respetivos termos, compete ao Ministério da Educação assegurar os mesmos, conforme o que se encontra estabelecido legalmente.-----

-----Finalizada a intervenção, o **Sr. Vereador** deu lugar para o registo de possíveis intervenções por parte dos membros do Conselho.-----

-----A **Sra. Diretora** usou da palavra para informar que o modelo de transferência de competências tem que ser aperfeiçoado, não só relativamente ao concelho de Arganil, mas no global, porque considerou que o mesmo não está a servir a Escola, mas, no entanto, sabe que existe um caminho a percorrer e demonstrou completa disponibilidade no encontro de soluções em todo o processo. O modelo deve ser revisto face ao facto de oferecer um grande leque de burocracias que poderá não estar focalizado nos alunos e respetivas aprendizagens.-----

-----O Agrupamento de Escolas levou a efeito a primeira Feira Industrial Manutenção de Arganil (FIMA) na Cerâmica Arganilense cujo objetivo se prendeu com a aproximação do ensino profissional ao tecido empresarial, tendo sido feito o reconhecimento público das empresas associadas ao Projeto 100%, num total de onze, pelo financiamento de um aluno por ano para ingressar no ensino superior. Na atualidade existem três alunos a frequentar o ensino superior graças a este conjunto de empresas através da respetiva responsabilidade social, saudando tal facto perante todo o Conselho Municipal de Educação.-----

-----No passado dia 27 de maio, no âmbito do Clube Europeu, a Eurodeputada Marisa Matias visitou o Agrupamento de Escolas de Arganil, tendo realizado uma sessão de esclarecimentos sobre a identidade e os valores de cidadania europeu, na Cerâmica Arganilense, uma vez que são Escola Embaixadora do Parlamento Europeu. Por sua vez, a Eurodeputada convidou a Escola a visitar o Parlamento Europeu, em Bruxelas, no mês de outubro, abrangendo um total de 25 alunos e professores. **A Sra. Diretora** aproveitou a oportunidade para felicitar o Presidente da Assembleia de Delegados, César Videira, presente na reunião, e todos os delegados pelo trabalho desenvolvido





---

Conselho Municipal de Educação de Arganil

juntamente com a Associação de Estudantes. A comitiva que irá deslocar-se a Bruxelas também contará com ex-alunos que estiveram envolvidos no projeto, como forma de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido.-----

-----Deu nota de que ao nível nacional foram abertas as candidaturas aos Centros Tecnológicos, medida PRR, e o Agrupamento vai candidatar-se a dois. Este tipo de Centros são referentes à indústria e ao digital e, uma vez que a Escola tem um grande histórico na vertente profissional, é nesta que vão apostar e enveredar todos os esforços para o efeito, constituindo uma área que é pontuada conforme as obras, ou seja, uma escola com obras tem “x” de pontuação e quem não executou obras há cerca de 40 anos tem outro tipo de avaliação, sendo com base neste critério que o Agrupamento vai apresentar a respetiva candidatura, sem referir que se está em fase de requalificação com obras porque, efetivamente, o processo está parado. Estão interessados em assumir este tipo de investimento que abrangerá toda a região centro, num total de 4 Centros Tecnológicos, que será operacionalizado por fases, sendo que a primeira fase culmina a 18 de agosto do corrente ano e implica o estabelecimento de parcerias com o tecido empresarial do concelho de Arganil e das respetivas áreas periféricas.-----

-----Terminada a anterior intervenção, o **Sr. Vereador** usou da palavra no sentido de deixar em aberto a possibilidade de registo de mais intervenções.-----

-----No seguimento, o **Sr. Dr. Rafael Martins, representante da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDRC)**, pediu a palavra para dar nota sobre uma iniciativa da própria Comissão durante o mês de julho, designada como “Prémio de Boas Práticas de Envelhecimento Ativo”, na sua 5.ª edição, em que se pretende promover a divulgação e o reconhecimento de práticas que proporcionam o próprio envelhecimento ativo e saudável. Este concurso destina-se a entidades do setor público, privado e social e estrutura-se em três categorias: a primeira constitui o “Conhecimento Mais” que engloba as boas práticas que valorizem a investigação e as tecnologias no envelhecimento ativo e saudável; a segunda, “Saúde Mais” incide sobre as boas práticas que contribuam para melhorar a saúde física e mental e a qualidade de vida da população mais velha e, por fim, a terceira, “Vida Mais”,



---

**Conselho Municipal de Educação de Arganil**

que se fundamenta nas boas práticas que promovam estilos de vida mais saudáveis, a aprendizagem ao longo da vida, a solidariedade entre gerações e práticas facilitadoras da atividade diária e da participação na vida social, cultural e cívica do cidadão mais velho. Perante isto, a CCDRC tem como objetivo aumentar o envolvimento e a participação dos atores locais e estimular práticas que envolvam a comunidade escolar, nomeadamente, através de iniciativas intergeracionais.-----

-----O **Sr. Vereador** agradeceu a intervenção do Sr. Dr. Rafael, manifestando junto do mesmo não ter conhecimento da iniciativa em causa, ao que o próprio respondeu que a mesma iria ser lançada, ainda, durante o mês corrente, fazendo chegar a informação via endereço eletrónico a todas as entidades que estarão envolvidas, de certa forma, na iniciativa, cujas candidaturas para o efeito terão que ser submetidas durante o mês de agosto.-----

-----Ao não se verificarem mais intervenções, o **Sr. Vereador** usou da palavra referindo-se à candidatura mencionada pela Sra. Diretora do Agrupamento de Escolas, respeitante aos Centros de Especialização Tecnológica (CET), uma vez que as várias comunidades intermunicipais do centro tomaram uma posição conjunta, reivindicando sobre a possibilidade de existir mais financiamento e este ter uma melhor distribuição que permita, no limite, a criação de, pelo menos, um Centro por concelho. Relativamente a este assunto, falamos de um “Aviso” que foi publicado para toda a zona centro com um valor total de 130 milhões de euros, não sendo considerada quantia avultada, e a perspetiva é que o distrito de Coimbra venha a ter ente 4 ou 5 CET, constituindo tal facto uma preocupação. Trata-se de um “Aviso” que se direciona, sobretudo e infelizmente, para as zonas de Lisboa e Porto, podendo antever-se dificuldades por parte de quem se candidata porque correm grandes riscos em não serem selecionados, sendo tal facto lamentável uma vez que estes fundos provêm do PRR e permitem alavancar e modernizar as instalações não tanto da parte física, mas sobretudo da parte material e pedagógica que, no caso da Escola Secundária de Arganil, ao ser direcionado para as áreas de mecânica e multimédia, se iria basear em equipamentos relacionados com a robótica e maquinaria que comportam na respetiva aquisição avultada soma de verbas.





---

Conselho Municipal de Educação de Arganil

Não se verificando maior dotação para investimentos desta natureza, permitindo a criação de oportunidades como estas, capazes de promoverem a apresentação de candidaturas para a obtenção do resultado pretendido, será muito difícil ou mesmo impossível, a concretização de quaisquer projeto nas áreas a concurso. Desta forma, iremos aguardar com expetativa que se produzam resultados através da plataforma de entendimento entre as várias Comunidades Intermunicipais do nosso país no sentido de pressionarem para a existência de uma maior dotação financeira no "Aviso" em referência.-----

-----O **Sr. Vereador**, seguidamente, expressou a sua congratulação pelo sucesso alcançado através da realização da primeira FIMA, iniciativa do Agrupamento que, embora consciente das dificuldades em colocar em prática um evento desta natureza, não hesitou em concretizar o mesmo, ultrapassando as mesmas, tendo-se revelado muito interessante e, na eventualidade da sua continuidade, podem contar com o apoio do Município. Também considerou que o tecido empresarial numa próxima edição tirará maior partido assim como a própria Câmara Municipal, sobretudo ao nível das palestras e da respetiva mostra, acreditando que se encontram criadas as condições para que no ano de 2023 seja realizada uma feira com maior impacto e dimensão.-----

-----O **Sr. Vereador** deu nota para a necessidade de ser introduzido na Ordem de Trabalhos o ponto "Outros assuntos" e, neste âmbito, partilhou uma preocupação relacionada com o "ranking" das escolas, tornado público na data de hoje que, tendo por base os dados relativos aos anos anteriores, colocou em queda a posição da nossa escola, estando situada no último terço das escolas do ensino público cuja média nacional dos exames, por concelho, é a mais baixa do distrito de Coimbra. Reportando-se ao ano de 2017, a Escola ocupava a 12.<sup>a</sup> posição o que constituiu motivo de grande congratulação, uma vez que o resultado alcançado traduziu uma grande subida e o alcance de uma meta mais positiva. No entanto, no espaço de quatro anos, a Escola desceu quase 300 lugares e do ano anterior para o corrente, registamos a descida da posição 353 para a 429.<sup>a</sup>. Face ao facto de todos sermos intervenientes, assim como toda a comunidade escolar, o Sr. Vereador considerou que a situação em causa merece



---

Conselho Municipal de Educação de Arganil

uma profunda análise entre todos e uma reflexão sobre os indicadores em causa, uma vez que nos encontramos no mesmo contexto socioeconómico. Uma reflexão desta natureza terá assento no Conselho Geral de Escola, no entanto, demonstrou disponibilidade para, em conjunto, poder analisar-se e debater todos os indicadores que poderão ter levado aos resultados obtidos.-----

-----No seguimento, a **Sra. Diretora** tomou a palavra para informar que a atual posição da Escola não é motivo de satisfação porque todos querem vê-la no número um. O valor atual da Escola é de 10,60 valores e o valor esperado rondava os 10,70, estando 0,10 abaixo do expectável, sendo que o valor esperado constituiu o valor de contexto. Este ano existiram dois tipos de “ranking”, um com base nos alunos que realizaram exames, não devendo por tal facto constituir um indicador das escolas, mas apelidar-se “indicador dos alunos que fazem exames” porque os próprios exames passaram a ser opcionais desde há dois anos, não se falando no alinhamento da nota interna e da nota externa, ou seja, na atualidade os exames são somente direcionados para os alunos que pretendem ter acesso ao ensino superior. O ensino secundário tem duas grandes finalidades, sendo que a primeira reside no cumprimento da escolaridade obrigatória e a segunda assenta no acesso ao ensino superior e, neste âmbito, os alunos têm as notas obtidas pela realização dos exames separadas da avaliação interna, reforçando o facto de que os valores obtidos não se encontram muito baixo do esperado e só dizem respeito aos alunos que se propuseram, efetivamente, a efetuar exames. A título de exemplo, a **Sra. Diretora** referiu que no ranking da disciplina de História, pelas notas obtidas por cinco alunos, a Escola Secundária está posicionada no 14.º lugar em termos nacionais e na disciplina de Português e outras, vinte e três alunos têm médias negativas nos exames realizados para acesso ao ensino superior, no entanto terão que ter 9,5 de nota mínima para respetivo ingresso. Até 2017 todos os alunos eram submetidos a exames, independentemente do ingresso no ensino superior, uma vez que era contado 30% das notas obtidas para a avaliação final, na atualidade só efetuam exames os alunos que pretendem ingressar no ensino superior e os professores que os preparam para o efeito continuam a ser os mesmos. Acredita-se que quanto mais



W. A. L.  
C. W. L.

---

Conselho Municipal de Educação de Arganil

habilitações tiverem as mães, mais exigentes são com os respetivos filhos em relação aos estudos, constituindo tal facto um indicador para o efeito.-----

-----A **Sra. Diretora** informou que o sistema de educação necessita de estabilização e de decidir, definitivamente, sobre o que cabe às Escolas com ensino secundário, se se formam alunos para acesso ao ensino superior ou se se distingue a preparação dos mesmos através da avaliação interna. A Escola está inserida numa comunidade e o contexto, muitas vezes, é fator decisivo para o alcance dos objetivos, considerando que a “voz” dos alunos é muito importante em todo o processo.-----

-----Após a intervenção da Sra. Diretora, o **Sr. Vereador** questionou os membros sobre a possibilidade de existir mais intervenções e, não se verificando qualquer registo, referiu que o contexto em que se insere a Escola é, por vezes, penalizador nestas matérias, mas também existem bons exemplos, como é o caso de Mortágua com o n.º 1 do ranking de superação que os posicionou em 47.º lugar ao nível global. Mortágua é um concelho quase limítrofe ao de Arganil, com menos população e, apesar do seu pujante desenvolvimento industrial por dispor de bons eixos de ligação, é considerado mais rural, apesar de ter menos de 10.000 habitantes. Como sabemos, quanto menos escolaridade tiverem os pais, mais limites estarão implantados face à rentabilização e evolução escolar das aprendizagens.-----

-----Entretanto, a **Sra. Diretora** pediu a palavra para dar nota que Mortágua ficou no “ranking dos percursos diretos de sucesso” que é unicamente mensurado no facto dos alunos transitarem em três anos do 10.º ao 12.º anos sem interrupção ou retenção, enquanto no caso da Escola Secundária de Arganil a avaliação é baseada nos resultados obtidos pela realização de exames nacionais.-----

-----O **Sr. Vereador** passou a palavra ao **Sr. Diretor do IEPF de Arganil** que referiu que a questão relacionada com os “rankings” abrange quase a totalidade dos serviços em termos de classificação, não sendo dissociado daquilo que é a própria sociedade. Aos transportar-se estas situações para o mercado de emprego, começa-se a perceber a enorme dificuldade relacionada com os recursos humanos, nomeadamente em termos



---

Conselho Municipal de Educação de Arganil

de qualificação e os que reúnem esta condição, acabam por procurar outras possibilidades noutros locais, deslocando as respetivas famílias. Considerou que os filhos/alunos são a imagem dos pais, uma vez que existem formandos adultos que revelam muitas dificuldades pelo contexto familiar de origem e outros que, mesmo num cenário favorável por algum motivo não tiveram sucesso, muitas vezes acabam por ser os melhores formandos e os melhores profissionais do setor. A situação em causa é preocupante e, embora seja transversal por todo o território do interior, também se verifica no todo nacional, considerando tal facto um problema global que o país terá de enfrentar. O próprio ensino superior deve ser repensado em termos de acesso porque ao ser fundamentado nas notas, condiciona o ingresso dos alunos e estes acabarão por optar por áreas de estudo que não terão correspondência no mercado de emprego/trabalho. A educação deve estar totalmente alinhada/associada ao mercado profissional de emprego em termos futuros, uma vez que o atual é difícil e adverso. Deu nota, ainda, que mesmo no litoral, existem territórios muito rurais, ligados à terra e à produção agrícola, como é o caso de Aveiro.-----

-----Terminada a anterior intervenção, o **Sr. Vereador** tomou a palavra para referir que nas áreas abrangidas pelos concelhos de Mira e da Figueira da Foz, o cenário também não é favorável.-----

-----A **Sra. Diretora** interveio no sentido de lançar um desafio, uma vez que todos dispõem de perspetivas diferentes e fazem parte da solução, à semelhança do que foi efetuado no ano anterior em que foi abordada a situação relacionada com a alimentação, propôs que neste Conselho se projetasse um “dia/encontro/serão” onde se pudesse discutir assuntos como os que estão em análise na presente sessão. O Conselho Geral da Escola é uma estrutura onde se discutem variados assuntos ligados à educação e outros que se fundamentam na análise de relatórios, considerando, no entanto, que o tipo de assunto em causa deverá ser colocado num patamar de discussão mais alargado, uma vez que estão a ser assumidas várias posições relativamente aos “rankings” e um dos temas que poderá ser alvo de discussão se



---

Conselho Municipal de Educação de Arganil

prende com “o que é e para que serve a escola”, cujos contributos e recomendações resultantes poderão abrir mais e melhores caminhos.-----

-----A **Sra. Enfermeira Rosa, representante do Centro de Saúde de Arganil** usou da palavra no intuito de acrescentar o seu parecer sobre o assunto em discussão, referindo que se encontra de acordo com a Sra. Dra. Anabela Soares, considerando que tal situação carece de uma reflexão profunda por parte de todos os intervenientes porque a Escola encontra-se, efetivamente, inserida numa comunidade e a responsabilidade não pode ser atribuída unicamente ao estabelecimento de ensino, mas também ao próprio meio em que se insere e aos intervenientes principais que são os alunos. Deve perceber-se, efetivamente, o que querem os nossos jovens e o que pretendem do futuro, quais as suas expetativas, porque enquanto tal não for entendido, não se conseguirá ir ao encontro dos seus objetivos e estão a preparar-se para situações que eles próprios não querem. Qualquer aluno que se propõe à realização de exames, se estiver motivado e tiver objetivos bem definidos sobre o que realmente pretende, irá empenhar-se no estudo para a obtenção de bons resultados. Na atualidade, observa-se um desinteresse quase total por parte dos jovens, não tendo perspetivas e qualquer coisa lhes basta, indo tais atitudes refletir-se nos resultados das próprias escolas. Quando ingressam no ensino superior, os cursos em que obtiveram a respetiva graduação não lhes confere perspetivas profissionais e de emprego no próprio concelho de origem, como é o caso de Arganil. Deve demonstrar-se aos jovens que se encontram inseridos numa comunidade que precisa deles enquanto profissionais motivados.-----

-----Não se registando mais intervenções, o **Sr. Vereador** tomou a palavra no sentido de reforçar o facto de que todos, em conjunto, deverão refletir sobre este e outros temas que se considerarem fundamentais. Os “rankings” valem como tal, mas constituem um indicador de que se dispõe e traduzem alguns números que merecem reflexão, deixando o compromisso sobre a realização de um “encontro” sobre a temática em abordagem e, no âmbito do Conselho Municipal de Educação, promover a respetiva discussão. O tema sobre a alimentação foi alvo de várias abordagens teóricas e práticas, considerando ser fundamental a respetiva replicação numa nova edição no que constituem as “boas



---

### Conselho Municipal de Educação de Arganil

práticas e hábitos alimentares”, reforçado pelo facto de que para o próximo ano letivo será o Município a assumir a gestão dos restantes refeitórios escolares, devendo, também, continuar-se a trabalhar com os pais para que, em casa também promovam este tipo de boas práticas com os respetivos educandos e não esperarem que somente a escola os ensinem a saber comer e a estar à mesa, lançando, também o desafio tanto à Sra. Diretora como à própria Associação de Estudantes no sentido de ser dada continuidade aos trabalhos já desenvolvidos, por exemplo, durante a semana da alimentação que se prevê para o mês de outubro. Sugeriu, também, que se possa trazer alguém com conhecimentos específicos sobre este tipo de matérias para uma melhor e mais completa reflexão, discussão e abordagem, assumindo a realização de um “encontro sobre alimentação”.-----

-----O **Sr. Vereador** passou ao período da ordem do dia da ordem de trabalhos sobre a “Análise e Parecer do Plano de Transportes Escolares 2022/2023 do Município de Arganil, conforme o disposto no ponto 1 do art.º 21.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro”, dando nota que o diploma legal em referência obriga a que o transporte escolar seja gratuito até ao 12.º ano de escolaridade, salientando o facto de que no concelho de Arganil esta prática já se verifica desde o ano letivo 2008/2009, não se registando nesta matéria qualquer novidade. A única alteração a registar é relativa ao facto do Município de Arganil passar a assumir o transporte dos alunos com necessidades educativas especiais ou com mobilidade condicionada através de respetiva contratação. Informou, também, que o Plano de Transportes Escolares é praticamente idêntico ao do ano letivo anterior, sendo constituído por dez circuitos em carreira pública que ao longo do ano registou vários ajustes pela existência e necessidades de transporte para alunos oriundos de aldeias e lugares mais remotos e a rede foi sendo adaptada para o efeito. Este é um processo difícil e, aproveitando a presença da representação da Associação de Pais, referiu que os próprios pais não facilitam o trabalho que é inerente ao mesmo, face ao não cumprimento dos prazos estipulados na entrega dos formulários para os devidos efeitos. Quando são abertas as inscrições no âmbito da Ação Social Escolar, nomeadamente para transportes





Laurel  
C. Mendes

---

### Conselho Municipal de Educação de Arganil

escolares, cujo prazo termina a 15 de junho de cada ano, existem em paralelo uma série de planeamentos com entidades terceiras, à própria contratação pública, e quando se verifica que um encarregado de educação se lembrou de inscrever o respetivo educando, por exemplo, a 15 de agosto, caso seja integrado em rotas abrangidas por transporte de aluguer, o táxi para o efeito nesta altura, já se encontra contratualizado e, face à possibilidade da lotação se encontrar esgotada, não vai existir lugar para esse aluno. A gestão dos transportes escolares não é tarefa fácil, sendo importante para a Autarquia que nenhum aluno fique sem transporte, mas o facto dos encarregados de educação não darem cumprimento aos prazos estipulados constitui um grande problema em termos de funcionamento e este tipo de situação verifica-se, essencialmente, ao nível da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico.----

-----O Plano de Transportes Escolares 2022/2023 contém uma única diferença relativamente ao do ano letivo anterior que se baseia no facto do presente passar a contar com 12 circuitos especiais de aluguer (o de 2021/2022 abrangia 10), fundamentada pelo transporte de um aluno com Necessidades Educativas Especiais e com mobilidade condicionada/reduzida e outro que abrange a freguesia de Secarias, nomeadamente Vale Peitalva, uma vez que o autocarro oriundo de Côja faz o trajeto sem vigilante, tendo-se optado pela ativação deste novo circuito. Em síntese, o Plano de Transportes Escolares em referência é composto por 10 carreiras públicas e 12 circuitos especiais de aluguer.-----

-----O **Sr. Vereador** informou, também, que recentemente foi efetuada uma diligência com a Câmara Municipal de Penacova em que, finalmente, a mesma deixou de suportar custos com o transporte que abrangia 14 alunos oriundos do concelho de Arganil para a Escola de S. Pedro de Alva, situação que será diferente se os pais dos mesmos se organizarem para assegurarem o respetivo transporte. Com esta medida pretende-se reter a saída dos alunos do nosso concelho. Muitas vezes de forma injusta, os pais com falso pretexto se basearam no facto de que as carrinhas de Penacova iriam buscar os respetivos filhos à porta de casa, o que não era verdade, até porque os nossos táxis vão efetivamente buscar e levar os alunos à porta de casa. Os 14 alunos podem não ser um



---

Conselho Municipal de Educação de Arganil

número muito significativo, mas pode ser o suficiente para que se abra mais uma turma em S. Martinho da Cortiça ou para que não exista dificuldade em manter aberta a Escola de Pombeiro da Beira.-----

-----Como prevê a Lei, o Conselho Municipal de Educação intervém nesta matéria e emite respetivo “Parecer” e antes de proceder à leitura deste, que obrigatoriamente tem que ser sujeito à reunião de Câmara para que posteriormente o próprio Plano de Transportes seja enviado à Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e à entidade da Mobilidade de Transportes, ao abrigo do que é estabelecido no próprio diploma legal, o Sr. Vereador perguntou se desejariam pronunciar-se sobre este ponto.-

-----Neste seguimento, a **Sra. Diretora** pediu a palavra, felicitando a Câmara Municipal pelo esforço levado a efeito no sentido de impedir a saída de alunos para escolas da periferia do concelho de Arganil, especialmente da freguesia de S. Martinho da Cortiça, porque, efetivamente, tem-se registado a perda de alunos. Deu nota que para além da gratuitidade assegurada nos transportes em tempo letivo, deveria ser desencadeado um mecanismo de transporte, também gratuito, em tempo não letivo uma vez que o trabalho dos alunos não se esgota nas atividades letivas. Como exemplo, referiu a época dos exames em que são assegurados apoios pela escola aos alunos, havendo por tal motivo, a necessidade da continuidade do serviço de transportes, assim como para os alunos do ensino profissional para frequentarem as formações em contexto de trabalho e realizarem as respetivas provas de aptidão profissional, entre outras atividades muito importantes. Por conseguinte, a **Sra. Diretora** informou que gostaria que o Plano de Transportes em análise e respetiva gratuitidade de transportes se estendesse a outros tempos, que não somente ao tempo letivo. No exemplo dos exames obrigatórios, considerou que os alunos não deveriam suportar qualquer custo de transporte na respetivas deslocações para a realização dos mesmos até porque se a escolaridade é obrigatória, embora nada tenha a ver com a Autarquia, não existe coerência.-----

-----O **Sr. Vereador** tomou a palavra para dar nota de que o Plano de Transportes Escolares encontra-se em conformidade com o calendário escolar, que este ano teve o seu termo a 30 de junho e, nos anos que se seguirão, será da mesma forma uma vez



Luís Albuquerque  
e outros

---

### Conselho Municipal de Educação de Arganil

que o calendário recentemente publicado, que vai vigorar em dois anos letivos, encontra-se definido nos mesmos moldes. Durante o mês de junho toda a oferta de transportes continua a estar em funcionamento e os transportes continuam a ser de caráter gratuito. Após este mês, não se reportando somente a Arganil mas ao território de toda a Comunidade Intermunicipal, os concelhos ajustam a oferta dos transportes à rede que funciona essencialmente para o público, o exemplo dos polos industriais, uma vez que a obrigatoriedade legal de transportes escolares terminou. Nas linhas que se mantêm em atividade, a Autarquia procede à ativação dos passes escolares dos alunos que, por exemplo, têm que frequentar os respetivos estágios curriculares, mas outros alunos ficam sem oferta de transporte porque a linha correspondente foi suspensa. Como se pode entender, não é viável nem comportável a circulação de um autocarro com 50 lugares em termos diários para ir ao encontro da necessidade de um ou dois alunos que só necessita de transporte para um ou dois dias em termos mensais, até porque os transportes são inteiramente financiados pela Autarquia cujo investimento ronda largas dezenas de milhares de euros mensais. O esforço pela Autarquia é efetuado no sentido de até 30 de junho de cada ano os alunos com necessidades efetivas de transporte poderem circular gratuitamente e também para que no mês de julho possam usufruir do mesmo através das linhas que continuam operacionais, sendo desta forma também abrangidos os alunos com resposta ao nível das Atividades de Animação e Apoio à Família ou da Componente de Apoio à Família, desde que seja o Município a assegurar este tipo de vertentes. Embora entendendo a situação exposta, até porque tem sido uma reivindicação da Sra. Diretora, o **Sr. Vereador** informou que a situação é incomportável uma vez que não é viável suportar os custos inerentes à continuidade do funcionamento de uma rede de transportes com 10 ou mais autocarros a circular em tempo não letivo e nem as transportadoras dispõem de mecanismos estruturais para esses mesmos períodos, uma vez que é nestes que procedem à manutenção mais profunda das viaturas e concedem férias aos seus motoristas.-----

-----Neste contexto, a **Sra. Diretora** usou da palavra para referir que a Escola dispõe de apoios aos alunos nesta época cujo acesso fica condicionado, porque ficam



---

**Conselho Municipal de Educação de Arganil**

dependentes da disponibilidade dos pais para efetuarem o respetivo transporte, considerando que deveria flexibilizar-se as próprias rotas, por exemplo, com o recurso ao “flexi-bus”.-----

-----O **Sr. Vereador** informou que a referência dada pela Sra. Diretora corresponde ao “Sit-flexi” (transporte flexível a pedido) que é uma iniciativa da CIM-RC em que o Município tem em funcionamento um projeto-piloto no concelho de Arganil, com algum sucesso, sendo uma resposta que vai ao encontro de algumas soluções de mobilidade em alguns dias e locais específicos que não têm resposta de serviço de transportes públicos. Admitindo que este tipo de sistema de recurso a transporte possa ir ao encontro de respostas como as que se encontram em análise, o sistema “Sit-flexi” tem rotas definidas, exemplificando as localidades de Malhada Chã e Porto Castanheiro, cujas pessoas interessadas estabelecem ligação para um número específico disponibilizado pela Comunidade Intermunicipal para que seja ativado o serviço de táxi, cujo custo é assumido em cerca de 20% pelo Município de Arganil. Este tipo de serviço ainda se encontra em fase de contratação com a própria CIM-RC, tendo ficado aberta a possibilidade de que no próximo ano, quando fica suspenso o serviço regular de transporte escolar e deixam de existir determinadas carreiras, em alguns dias, se ativar o próprio “Sit-flexi”, podendo efetivamente ser obtida resposta para alguns alunos. Desta forma, o **Sr. Vereador** pediu ao Agrupamento de Escolas de Arganil que os dados relativos aos alunos com necessidades deste tipo de transporte fossem facultadas à Autarquia com a devida antecedência, porque caso não venha acontecer, será muito difícil atuar porque estamos dependentes de entidades terceiras.-----

-----De seguida o **Sr. Vereador** passou a ler o Parecer sobre o Plano de Transportes 2022/2023 “Para os devidos e legais efeitos, o Conselho Municipal de Arganil, na sua sessão ordinária de 8 de julho de 2022, 14h30, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Arganil, emitiu parecer favorável sobre o Plano de Transportes Escolares do Município de Arganil a vigorar no ano letivo 2022/2023, conforme o disposto no ponto 1 do art.º 21.º do Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro”, questionando sobre o facto de



W. A. M.  
c. 2014

---

Conselho Municipal de Educação de Arganil

algum membro se opor à emissão do respetivo parecer e, não havendo nada a opor, o mesmo vai ser assinado e distribuído a todos.-----

-----O **Sr. Vereador** passou ao ponto dois da ordem do dia da Ordem de Trabalhos “Apresentação do Calendário Letivo 2022/2023 por parte do Agrupamento de Escolas de Arganil” e antes de passar a palavra à Sra. Diretora, compartilhou o slide sobre o próprio calendário escolar pela via online para que o Sr. Dr. Rafael Martins pudesse visualizar o mesmo.-----

-----A **Sra. Diretora** tomou a palavra para informar que o calendário escolar foi aprovado na presente data, sendo apontado o dia 14 de setembro para início do ano letivo 2022/2023 e o primeiro período terminará a 16 de dezembro. O segundo período terá início a 3 de janeiro de 2023, em que de 20 a 22 de fevereiro será a interrupção do Carnaval e o termo do mesmo a 31 de março. O terceiro período regista o seu início a 17 de abril e o termo é diferente, estando em conformidade com os níveis de educação e ensino, sendo por este facto traduzida a necessidade da flexibilidade nos transportes escolares. O 9.º, 11.º e 12.º ano de escolaridade terminam a 7 de junho de 2023; do 5.º ao 8.º e 10.º ano têm o respetivo termo a 14 de junho e a educação pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico acabam as atividades letivas em 30 de junho de 2023. O ensino profissional não se encontra definido no calendário escolar publicado porque comporta uma calendarização própria e o termo das atividades letivas para esta vertente de ensino será o dia 30 de junho de 2023, sendo que até 18 de julho irá decorrer a formação em contexto de trabalho (FCT) e a avaliação das provas de aptidão profissional (PAP). Acrescentou, também, que existe a época dos exames cujo calendário terá que ser obrigatoriamente cumprido pelos alunos (termo a 27 de julho) e é neste período que existe a necessidade dos transportes. A **Sra. Diretora** deixou expresso que iria enveredar esforços para dar conhecimento atempado, à Autarquia, da lista de alunos dentro da escolaridade obrigatória com necessidades de transporte para se deslocarem à Escola com vista à realização dos exames.-----

---

Ata n.º 13

Conselho Municipal de Educação de Arganil, 8 de julho de 2022

Reunião Ordinária



---

**Conselho Municipal de Educação de Arganil**

-----Terminada a intervenção anterior, o **Sr. Vereador** usou da palavra deixar em aberto a possibilidade de se registarem mais intervenções.-----

-----No seguimento, o **Sr. Diretor do IEFP** de Arganil interveio para dar nota que neste ano já efetuaram uma intervenção do serviço público de emprego, a pedido da Escola, com os alunos que terminaram o ensino profissional, informando-os sobre os percursos a seguir, deixando, também, o repto à própria Escola para que possam trabalhar com os restantes alunos, ou seja, com os que terminam o ensino secundário, independentemente de ingressarem ou não no ensino superior para que também tomem conhecimento das medidas ativas de emprego e o que podem beneficiar num futuro muito próximo, tendo em conta os próprios níveis de qualificação. Existem medidas ativas de emprego que potenciam e bonificam trabalhar no interior do país. Também deixou o repto à Associação de Pais porque a maior parte das vezes fala-se somente com os alunos/jovens, mas considerou ser muito importante envolver os próprios pais para que estes possam perceber sobre os benefícios a usufruir por parte dos seus filhos, ajudando-os a traçar diretrizes ao nível profissional em termos da procura ativa de emprego.-----

-----O **Sr. Diretor do IEFP** informou, ainda, que procuram combater algo que consideram importante e que reside no facto de um jovem estar inscrito num período superior a um ano ou mais anos sem resposta de emprego, considerando tal facto dramático uma vez que quanto mais cedo ingressarem no mercado de trabalho, mais rapidamente ganham hábitos laborais. A renovação dos recursos humanos das entidades privadas e públicas será emergente em termos de um futuro muito próximo.-

-----A **Sra. Diretora** tomou a palavra para demonstrar recetividade ao proposto pelo Sr. Diretor do IEFP, informando que o Agrupamento desenvolve o projeto “Step One” que se fundamenta no envolvimento dos alunos do 12.º ano do ensino profissional, desde há alguns anos, com a cooperação do próprio IEFP, no sentido de constituir uma via orientada para o trabalho e apoio na ligação do primeiro emprego ao tecido empresarial. Através da medida/projeto em referência irão ser incorporados outros alunos no plano





h. n. m.  
calvete

---

Conselho Municipal de Educação de Arganil

de trabalho do próprio Agrupamento, tendo por tal facto agradecido a sugestão apresentada pelo Sr. Diretor.-----

-----Tomou a palavra o **Sr. Vereador** ao referir que na presente reunião foram construídas “pontes” e parcerias no todo que é a própria Educação e dirigindo-se a todos, deixou em aberto a possibilidade do registo de mais intervenções.-----

-----Desta forma, a **Sra. Enfermeira Rosa** usou da palavra para informar que faz parte do Núcleo Local de Inserção de Arganil (NLI) e neste âmbito registam, efetivamente, a existência de alguns jovens que são oriundos de famílias beneficiárias do rendimento Social de Inserção (RSI), por si só já com um trajeto problemático, considerando muito importante o facto do Centro de Emprego lhes poder proporcionar apoio no sentido de os ajudar a encontrar um caminho e um rumo face aos seus futuros.-----

-----O **Sr. Vereador** interveio no sentido de passar a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Arganil.-----

-----O **Sr. Pedro Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Arganil e representante das Freguesias do Concelho de Arganil** usou da palavra para expor a temática que se prende com o calendário escolar e se relaciona com a mobilidade dos professores e questionou a “hostilização” atribuída ao “ranking” uma vez que considerou ser muito interessante levar o mesmo para debate e até mesmo verificar até que ponto a própria mobilidade traduz implicações no aproveitamento escolar. Um bom profissional, é-o em qualquer lugar, mas sabemos que um professor que reside no local da escola em que leciona não tem a mesma pressão comparativamente com um que se desloca de outros locais. Um professor residente em Arganil tem maior disponibilidade para os alunos porque pode estender-se mais no tempo além do seu horário, enquanto um professor que venha de longe, ao meio dia, por exemplo, já pensa no respetivo regresso. Considerou ser, também, importante levar a debate o facto que se relaciona com as disciplinas cujos professores se encontram em mobilidade e pelos que são residentes em Arganil em termos do aproveitamento escolar demonstrado pelos alunos, sendo que não deveria colocar-se apenas a tónica nos alunos relativamente ao



---

**Conselho Municipal de Educação de Arganil**

empenho e interesse nos estudos, mas também abordar se a motivação dos professores deslocados não influencia o tipo de resultados obtidos.-----

-----A **Sra. Diretora** interveio no sentido de reforçar que de facto a mobilidade dos professores constitui uma variável a considerar e que tudo será feito para que melhore.-

-----Não havendo mais intervenções, o **Sr. Vereador** agradeceu a presença de todas e de todos, pela boa e produtiva participação, tanto em número mas sobretudo pelo debate de ideias para que sejam estabelecidas pontes e parcerias e o encontro soluções, fazendo votos de boas férias e que o novo ano letivo arranque da melhor forma possível, com menos constrangimentos e de forma mais otimista.-----

-----A reunião foi encerrada da qual se lavrou a presente ata que será assinada pelo Senhor Vereador, Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Eng.º, e pelo membro do Secretariado Técnico do CME de Arganil, Célia Maria Marques Simões Moreira Ventura, Dra., que a redigiu, subscreve e assina.-----

**O Vereador do Pelouro da Educação da Câmara Municipal de Arganil,**

*Luís Almeida*

(Luís Miguel das Neves Campos Almeida, Eng.º)

**O Membro do Secretariado Técnico do CME de Arganil,**

*C. Maria Marques Simões Moreira Ventura*

(Célia Maria Marques Simões Moreira Ventura, Dra.)